

Uma nova era de liberdade

Debate Sistema educativo
Rodrigo Queiroz e Melo

Portugal tem um défice de qualificações da sua população com impacto em toda a nossa vida colectiva, nomeadamente na construção de sistemas construídos na desconfiança entre as pessoas. Um deles é o sistema educativo, controlador e controlado, em que as escolas, as suas lideranças e os seus docentes são olhados e tratados com se fossem inimputáveis e em que a administração educativa é vista como sendo a origem de todos os males (a famosa "máquina do ministério"). Isto sucedia mesmo no caso do ensino privado.

Mas o ano letivo que se inicia será o primeiro de uma nova era no relacionamento entre o ensino particular e cooperativo e o Estado. No início de Agosto, o Ministério da Educação e a AEEP (associação que representa os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo) chegaram a um acordo importante: ao Estado compete definir áreas disciplinares nacionais e um currículo mínimo obrigatório, mas é às escolas e aos seus profissionais que compete determinar o que fazer com todo o restante tempo que os alunos estão na escola. Este acordo refunda o sistema educativo (no que ao privado diz respeito) com base nos princípios da confiança, liberdade e responsabilidade.

Parece inverosímil, mas, pela primeira vez em Portugal, o Estado aceitou que a decisão sobre o número total de horas de matemática, português, dança, inglês ou ginástica não compete ao ministro da Educação, mas aos órgãos de gestão pedagógica de cada estabelecimento de ensino, que passam a poder gerir o tempo escolar e as disciplinas do modo que entenderem mais adequado aos seus alunos. Cumpridos os mínimos nacionais nas diversas áreas curriculares, os colégios dispõem da possibilidade de criar currículos verdadeiramente adequados aos seus projetos educativos e a cada grupo de alunos. Isto significa o reconhecimento de que não há "o melhor currículo". Aliás, se o houvesse, era adotado por todos os países do mundo (pelo menos pelos mais ricos). O que vemos em toda a parte são tentativas constantes de aperfeiçoamento e melhoria dos currículos existentes e a convicção, cada vez mais generalizada, de que a educação é um processo que tem de ser planeado e desenvolvido em relação de proximidade com os alunos que se serve, isto é, em cada escola.

O Governo e a AEEP deram o primeiro passo (o segundo, mais difícil, mas essencial, será a revisão do estatuto do ensino particular e cooperativo) e o desafio está agora do lado dos colégios. É fundamental ocupar o espaço de autonomia conquistado. Iniciar uma segunda língua estrangeira no segundo ciclo, reforçar fortemente a área artística ou aprofundar a aprendizagem das ciências... Pode parecer pouco, mas não é; trabalhar em liberdade faz toda a diferença! Vamos fazer ainda melhor. Os nossos alunos merecem e a sustentabilidade futura do país depende de ganharmos a aposta na educação. O nosso défice de qualificações é um lastro de que nos temos de livrar. Vai demorar. Mas não podemos falhar.

Director executivo da Associação de Estabelec. de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP)